Carta programa da chapa 'Resistência e Luta'

Eleições à Adunesp - Biênio 2025-2027

Prezados/as docentes,

Nós, componentes da chapa "**Resistência e Luta**", que concorre às eleições para a diretoria da Associação dos Docentes da Unesp – Adunesp, apresentamos nesta carta programa uma síntese da nossa avaliação do cenário em que se inserem as lutas da categoria atualmente, com bandeiras e propostas de organização para alcançá-las.

No cenário político mais amplo, avaliamos que o país esteve recentemente submetido a uma gestão (2019-2022) que produziu um conjunto de retrocessos civilizatórios, que se traduziram concretamente no estímulo ao racismo, à misoginia, à xenofobia, à homofobia, ataques às universidades públicas, entre outros. E isto ocorreu concomitantemente à implementação de políticas de cunho liberal/fascista extremamente deletérias para a classe trabalhadora, especialmente com a implantação das reformas trabalhistas e previdenciárias, o que produziu um empobrecimento da maioria dos trabalhadores. Estas reformas aprofundaram o desmonte da seguridade social do funcionalismo público, iniciado pela aprovação da PEC nº 67/2003, que estabelece que, para os futuros servidores que ingressem após a instituição de regime complementar de Previdência, o limite dos proventos de aposentadoria é o teto do Regime geral de Previdência Social[1] (R$ 8.157,41 desde 1º/1/2025), além de ampliar a nossa dependência econômica.

Os efeitos das sucessivas reformas da Previdência tiveram um enorme impacto na carreira docente, colocando em risco o sustento desses profissionais depois de aposentados, e produziram consequências desastrosas para a função social e política das universidades públicas. Some-se a isto a contaminação do ambiente universitário, em destaque na Unesp, por uma lógica empresarial produtivista atavicamente subordinada à reprodução do capital[2]. 'Nesse contexto, o que se torna "excelente" não é o conhecimento que emancipa, mas o que rende prestígio, atrai investimentos, sobe no *ranking*, cria *spin-offs*, firma convênios, vira patente. A pesquisa crítica, a extensão contra-hegemônica, a reflexão histórica, a arte insurgente? Todas sob risco de obsolescência institucional'[3][4]. Esse ambiente tóxico de contabilidade produtiva, não necessariamente relevante sob quaisquer pontos de vista, e da obrigatoriedade do cumprimento de metas exigidas de produtividade, certamente tem contribuído para o comprometimento da saúde mental dos/as trabalhadores/as docentes.

Passamos por uma dramática pandemia de Covid-19, agravada pela adoção de políticas negacionistas e de boicote à saúde pública, que nos deixou um rastro de mais de 700 mil mortes no país, sendo um dos legados desse período a expressiva diminuição nos índices de vacinação da população adulta e infantil, trazendo de volta algumas doenças graves causadas por microrganismos suscetíveis às vacinas.

Destacamos as reincidentes tentativas de golpe de estado, amplamente documentadas pela quantidade acumulada de provas obtidas pela polícia federal, a exorbitação de poderes e a utilização da máquina pública e de instituições públicas para – felizmente sem sucesso – impedir a posse do presidente eleito.

Por sua vez, o governo Lula – eleito por uma coalizão de amplo espectro político, juntamente com um Congresso Nacional dominado por uma folgada maioria constituída por partidos vinculados ao assim chamado "Centrão" e representações expressivas da extrema direita de viés nazifascista – tem, até o momento, encontrado enormes dificuldades em suas tentativas de fazer avançar algumas pautas sociais, mesmo que modestas. Além disso, somos frequentemente surpreendidos com proposituras extremamente reacionárias na pauta de costumes. Ao que parece, o governo Lula está à procura de uma forma de expressar no tabuleiro político os mais de 60 milhões de votos que obteve no processo eleitoral de 2022, mas não demonstra nenhuma iniciativa de revisão da contrarreforma trabalhista, prometida na campanha eleitoral contra a extrema direita, agravada pela atual tentativa de aprovação de um arcabouço fiscal que coloca uma pá de cal na possibilidade do reestabelecimento dos direitos por ela confiscados, mantendo/perpetuando severas perdas para as condições presentes e futuras da classe trabalhadora.

No estado de São Paulo, a vitória do projeto político conservador, com a eleição de Tarcísio de Freitas – candidato preferido da Faria Lima e possível substituto de Bolsonaro para o pleito presidencial de 2026 –, legítimo representante da extrema direita, maquiado pela mídia hegemônica como de centro direita, já disse a que veio. Com a conivência da sua obediente bancada na Alesp, tem imposto muitos reveses para a produção de conhecimento e para a educação pública no estado de São Paulo. A venda/entrega de espaços de vários institutos de pesquisa do estado para a iniciativa privada, a asfixia financeira dessas instituições com reajustes salariais – quando acontecem – aviltantes para a dignidade daqueles/as que nelas trabalham; a implantação de escolas cívico-militares; o ataque brutal às condições de trabalho dos docentes do ensino

---

[1] https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/informes-de-previdencia-social/2003/informe-agosto-2003.pdf

[2] Dal Molin, F. in: https://revistaforum.com.br/opiniao/2025/4/15/capitalismo-acadmico-shoppinizao-da-cincia-no-brasil-por-fabio-dal-molin-177488.html, acesso em 06/07/2025

[3] Silva Jr, J. R. in: https://aterraeredonda.com.br/o-andes-sn-sob-o-dominio-do-capital-ficticio/ , acesso em 06/07/2025

[4] Silva, M. G.in: https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/a-universidade-refem-do-produtivismo/

fundamental e médio públicos; a diminuição do percentual vinculado à educação pública paulista de 30% para 25%; entre outras medidas tentadas ou consumadas, explicitam a voracidade no confisco disfarçado de verbas desses setores. Isso tudo ambientado num cenário de forte aumento da letalidade, especialmente da polícia militar, e um incremento considerável de denúncias de violação dos direitos humanos no cotidiano muitas vezes violento da corporação. As principais vítimas são as de sempre, a população trabalhadora pobre, negra e periférica.

E é claro que um sistema universitário capaz de produzir conhecimento relevante e pensamento crítico, consciente do papel que desempenha na sociedade, incomoda os arquitetos/construtores/mantenedores desses cenários. Portanto, é necessário dominá-lo, controlá-lo e, na impossibilidade imediata de privatizá-lo, sufocá-lo orçamentária e financeiramente, tornando o ambiente de trabalho cada vez mais tóxico, os salários cada vez mais baixos e a sua função social progressivamente irrelevante. Por outro lado, tendo no horizonte uma reforma tributária que extinguirá o ICMS, imposto de cuja arrecadação depende o financiamento das universidades públicas paulistas, temos todos os motivos para nos colocar em alerta máximo, uma vez que se desenha um cenário difícil de disputa dos recursos públicos, numa conjuntura que nos é desfavorável, dadas as forças políticas que dominam o governo do estado e a Alesp. Diante disso, embora o Fórum das Seis tenha tomado a iniciativa de começar a discussão com a Alesp sobre as possíveis alternativas para o financiamento do sistema de ensino superior público paulista, com a apresentação de propostas aos deputados, as reitorias têm se mantido ausentes desse debate fora dos seus muros, o que avaliamos como preocupante e muito perigoso para nossas universidades.

No cenário interno unespiano, tivemos alguns avanços importantes na última gestão reitoral, que teve que lidar com uma herança pesada, marcadamente conservadora e truculenta, produzida pela que a antecedeu. Nesse período, foi estabelecido um diálogo mais democrático – antes difícil e penoso – com a comunidade acadêmica, representada nas instâncias de poder da Universidade e com os sindicatos (Adunesp e Sintunesp). A gestão atual se inicia beneficiada pelos avanços e pelo clima mais democrático da gestão que a antecedeu, buscando construir a sua identidade na prática cotidiana da administração da Universidade, anunciando medidas importantes no sentido de dar concretude à defesa dos direitos humanos, com a criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, bem como a campanha 'Universidade sem assédio'. No entanto, ao que tudo indica, ainda na busca de se afirmar no processo de gestão, tem tido alguma dificuldade com a condução de alguns colegiados superiores, marcadamente no modo como valoriza, ou não, os diversos atores envolvidos na discussão de algumas questões a serem deliberadas por esses colegiados. Nos referimos ao modo como estão sendo tratadas instâncias institucionais, estatutariamente responsáveis por determinadas decisões – os colegiados superiores – e instâncias não deliberativas, como reuniões temáticas, ou mesmo instâncias completamente informais, sem existência oficial no organograma institucional definido pela legislação da Unesp (Estatuto e Regimento), como é o caso do Fórum dos Diretores.

A Unesp foi criada pela Lei 952, de 30 de janeiro de 1976, e a assembleia de fundação da Adunesp foi realizada em 5 de junho do mesmo ano (ambas completam 50 anos em 2026!), em plena ditadura empresarial militar (1964-1985). Desde a sua fundação – resultado da intensa movimentação de docentes, sob a liderança do professor Waldemar Saffioti, do Departamento de Química da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, preocupados com a forma truculenta como estava sendo conduzida a implantação da nossa universidade e com o estabelecimento de coletivos de resistência aos tempos de arbitrariedade institucional característicos do período ditatorial – a Adunesp tem atuado intensamente na defesa intransigente do ensino superior público, gratuito, laico e de qualidade socialmente referenciada. Mantendo-se fiel aos princípios que nortearam a sua criação, a Adunesp sempre esteve presente em todas as frentes de luta em defesa da Unesp e da universidade pública em geral, seja organizando a eleição do 'Chapão de representantes' junto aos colegiados locais e centrais, seja fazendo o embate dentro e fora da Universidade e, juntamente com as demais entidades representativas das universidades estaduais paulistas, do Centro Paula Souza e do movimento estudantil organizado, no âmbito do Fórum das Seis, posicionando-se na linha de frente da defesa dos serviços públicos, das universidades e dos direitos de seus trabalhadores e estudantes.

Entendemos que a atuação do nosso sindicato tem sido fundamental para a consolidação dos avanços alcançados na gestão reitoral que antecede a atual, entre eles o retorno dos estudantes aos colegiados centrais e locais e a reorganização do DCE, que contou o apoio da Adunesp. A presença estudantil tem contribuído significativamente para o estabelecimento de um ambiente decisório mais democrático na Universidade, embora os estudantes ainda não tenham conquistado a paridade, inclusive na consulta/escolha de nossos dirigentes.

Temos ainda muitas tarefas a serem enfrentadas nos próximos anos: o arrocho salarial e a perda do poder de compra dos últimos anos exigem reparação, os quadros de servidores docentes e técnico-administrativos – que reivindicam, com o nosso apoio, equiparação e isonomia com as demais estaduais paulistas – ainda estão longe de suprir as necessidades das unidades. Também exigem atenção redobrada os casos de assédio de todas as ordens que têm chegado à Adunesp; as situações de adoecimento da comunidade unespiana, decorrentes desse fenômeno, mas também da entronização de políticas que tornam a progressão na carreira docente penosa e, muitas vezes, inacessível a muitos/as docentes[5][6]; as ameaças veladas de fechamento de cursos, como ocorreu recentemente com Engenharia de Pesca, do campus de Registro; o diálogo ainda incipiente – marcado por alguns graves equívocos – da nova gestão com as diversas instâncias de representação da comunidade acadêmica. Acrescente-se a isto o rápido crescimento do contingente de estudantes de camadas social e economicamente vulneráveis nos

---

[5] Gradella Jr., O. **SOFRIMENTO PSÍQUICO E TRABALHO INTELECTUAL**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2010, vol. 13, n. 1, pp. 133- 148.

[6] Rumin, C. R.; Schmidt, M. L. G.; Guedes, J. **SAÚDE MENTAL E TRABALHO: A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA**. Psicologia: Ciência e Profissão 2021 v. 41, e222902, 1-13.

cursos, fator a comemorar, mas que impõe a intensificação da luta pela ampliação das políticas voltadas à permanência estudantil/gratuidade ativa.

É neste contexto que a chapa ***Resistência e Luta*** se apresenta para dirigir a Adunesp no biênio 2025/2027, como entidade autônoma, democrática, independente e representativa dos trabalhadores docentes, coerentemente com os princípios que norteiam a defesa de uma universidade verdadeiramente pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada nos interesses das classes populares. Nosso objetivo é avançar na organização e mobilização combativa dos trabalhadores docentes da Unesp para fortalecer nossa Universidade, reivindicar, permanentemente, condições dignas de formação, trabalho e salário para todos aqueles que cotidianamente dão vida à instituição, resistindo ao avanço da contaminação neoliberal no ordenamento organizacional, nas relações institucionais, na estrutura das carreiras e na natureza do trabalho docente cujo horizonte, infelizmente não muito distante, é transformá-la em uma universidade meramente operacional e, portanto, irrelevante para o estado de São Paulo e para o país.

Neste sentido, os docentes e as docentes da chapa "Resistência e Luta" comprometem-se a:

1) Prosseguir na luta pelo aprofundamento da democratização das instâncias de participação da comunidade e das estruturas de poder universitárias;
2) Continuar representando os interesses da categoria junto ao Fórum das Seis, nas negociações salariais com o Cruesp e na luta por mais verbas para o sistema público de ensino superior do Estado;
3) Seguir lutando pela melhoria das condições de trabalho na Universidade, prioritariamente dos salários, uma vez que se trata de valorizar a categoria como um todo, ativos e inativos, mas também dos benefícios;
4) Coordenar, no âmbito da Adunesp, e em conjunto com a comunidade docente, a construção de propostas acerca dos aspectos/parâmetros que norteiam a progressão na carreira docente (tanto em sua verticalidade como horizontalidade) estabelecendo condições concretas para nos posicionarmos sobre essa questão em todos os espaços institucionais;
5) Avançar na luta pela superação do déficit de professores e contra qualquer tipo de contratação que precarize o trabalho docente;
6) Defender que a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) seja uma comissão assessora do CEPE, e não da reitoria;
7) Defender a manutenção dos cursos de formação inicial exclusivamente presenciais;
8) Trabalhar por políticas internas e ações externas que visem a criação e o fortalecimento de programas de Pós-Graduação de caráter estratégico e de relevância social;
9) Lutar pelo fortalecimento e valorização do tripé ensino-pesquisa-extensão;
10) Lutar pelo fim das terceirizações de serviços, processo decorrente de políticas de viés neoliberal, cujo avanço pode atingir, inclusive, as atividades docentes;
11) Organizar eventos comemorativos dos 50 anos da Adunesp, a serem completados em 2026.

Do ponto de vista organizativo:

12) Realizar campanhas de filiação e trabalhar para fortalecer os laços, dando maior organicidade na relação com as subseções sindicais;
13) Fundar novas subseções sindicais ou representações de base nas localidades onde elas ainda não estejam estruturadas;
14) Buscar formas de maior aproximação com docentes mais novos na Universidade, com o intuito de identificar suas necessidades e demandas, bem como inseri-los nos debates e nas lutas encampadas pelo Sindicato;
15) Aprimorar o fluxo de informações e os veículos de comunicação com a base;
16) Criar grupos de trabalho para discutir estratégias para detectar situações de assédio de qualquer natureza praticado contra nossas/os docentes e propor políticas institucionais para responsabilizar os perpetradores e acolher adequadamente as vítimas;
17) Informar a categoria docente sobre as questões que envolvem o financiamento das universidades públicas paulistas, para que estejamos prontos para resistir e avançar coletivamente contra qualquer tentativa de diminuição dos recursos necessários para o funcionamento adequado da Unesp;
18) Estimular a participação da comunidade docente no seu Sindicato e dar prosseguimento à realização das Plenárias Estaduais;
19) Atuar coordenadamente nas esferas decisórias institucionais, por meio de representantes eleitos junto aos órgãos colegiados centrais e suas Câmaras Assessoras (Chapão), para fortalecer a política acadêmica democrática.

Integrantes da Chapa "Resistência e Luta" para a Diretoria Central da Adunesp:

Antônio Luís de Andrade (*FCT/Presidente Prudente*), presidente.
Angélica Lovatto (*FFC/Marília*)), vice-presidente.
João da Costa Chaves Jr. *(FCL/Assis),* secretário-geral.
Rafael Henrique Teixeira da Silva, (*FEC/Rosana*), vice-secretário.
Milton Vieira do Prado Júnior (*FC/Bauru*), tesoureiro-geral.
Sebastião Neto Ribeiro Guedes (*FCL/Araraquara*), vice-tesoureiro.

São Paulo, 7 de julho de 2025.